



SENADO FEDERAL

PARECER

Nº 450, DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de lei da Câmara nº 14, de 2012 (nº 1.874/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Vara do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências.

RELATOR: Senador **RENAN CALHEIROS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei sob exame, originário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem por objetivo criar, de acordo com o art. 1º, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 19ª Região, com sede na cidade de Maceió (AL), 1 (uma) Vara do Trabalho na cidade de Penedo.

De acordo com o art. 2º, são acrescidos aos Quadros de Juiz um cargo de Juiz de Trabalho e um de Juiz de Trabalho Substituto (Anexo I), cinqüenta e um cargos efetivos, sendo trinta e um de Analista Judiciário, cinco de Analista Judiciário na especialidade de execução de mandados, e quinze de técnicos judiciários (Anexo II), e, ainda, cinco cargos em Comissão, sendo quatro no nível de CJ-03 e um de CJ-02 (Anexo III).

A criação dos mencionados cargos *fica condicionada a sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal* (art. 3º). Porém, se os recursos orçamentários forem suficientes apenas para provimento parcial dos cargos, o

saldo da autorização e respectivas dotações deverão constar do anexo da lei orçamentária que venha corresponder ao exercício em que forem considerados criados e providos (parágrafo único).

O art. 4º do Projeto determina que as despesas decorrentes da execução da Lei que se quer aprovar correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal no orçamento geral da União.

A proposta, de acordo com a justificação, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na Sessão de 21 de junho de 2011, conforme Parecer de Mérito nº 0001920-53.2011.2.00.0000.

Em seguida, a justificação relata que a Vara de Penedo foi a segunda instalada no Estado de Alagoas, mediante a Lei nº 5.650, de 11 de dezembro de 1970. Antes dessa data, pertencia ao TRT da 6ª Região, sendo que, a partir de 2010, houve significativo incremento no volume processual em fase de conhecimento daquela Vara, que tem se refletido diretamente na taxa de congestionamento da unidade judiciária. Esse problema poderá comprometer a qualidade da prestação jurisdicional em futuro próximo, daí a necessidade de sua ampliação.

O projeto veio acompanhado do Parecer do CNJ, aprovando a proposta por julgar comprovada a necessidade e o cabimento, para hoje e para o futuro, do pleito do TRT da 19ª Região.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania com uma emenda, e também, com emenda, da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

II – ANÁLISE

O projeto não apresenta nenhum vício de constitucionalidade e injuridicidade, mas antes tem por fundamento o preceito contido no art. 96 da Lei Maior, que nos seus incisos I e II atribui a competência aos tribunais para propor a criação de novas varas judiciais (inciso I, letra ‘d’) e aos tribunais superiores a competência de propor ao Poder Legislativo *a criação e extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver* (inciso II, letra ‘b’).

No intento de dotar o Tribunal de maior estrutura nos seus quadros de juízes e servidores e de aumentar a quantidade de Varas, contribui para fazer valer o princípio fundamental consagrado no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição, que garante a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo, e os meios que assegurem a celeridade de sua tramitação. Enquanto as leis não derem efetividade a tal mandamento, a coletividade não poderá obter do Poder Judiciário a plena realização de seus direitos no que se refere à prestação jurisdicional.

Por tudo isso, a iniciativa é altamente louvável e digna de ser acolhida, no intento de ampliar o acesso à justiça e viabilizar a razoável duração do processo.

Informamos, por fim, que a autorização relativa à criação dos cargos de Juízes e de servidores efetivos, objeto do projeto sob estudo, e para o provimento de parte deles no presente exercício, encontra-se prevista na Lei Orçamentária Anual para 2012 – Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, no seu Anexo V.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2012.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2012.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PAC N° 14 DE 2012

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/03/2012, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR: <u>Eunício Oliveira</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIA
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. CLÉSIO ANDRADE
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPIINO	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	
ARMANDO MONTEIRO	1. MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2. CIRO NOGUEIRA
MAGNO MALTA	3. JOÃO RIBEIRO
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. VAGO
PSD	
SÉRGIO PETECÃO	1. KÁTIA ABREU

Atualizada em: 20/04/2012

Publicado no DSF, de 26/04/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS:11579/2012